

Ilmo Sr.

Dr. José Carlos Carvalho

DD. Presidente do COPAM.

Av. Prudente de Moraes, 1671 – Térreo – Bairro Santa Lúcia.

30.380 – 000 – Belo Horizonte – Minas Gerais.

Defesa contra Auto de Infração nº 01063/2003, Processo nº 3123 /2001 / 001/2001.

Posto do Teté Ltda, comércio varejista de combustíveis, CNPJ: 19.666.999/0001-30, situado na Av: Ministro Gabriel Passos, 503, Centro, no Município de Itapeverica - MG, representado pelo Sr. **Agenor Antônio e Silva**, empresário, vem respeitosamente junto a FEAM/COPAM, expor e no final apresentar defesa ao auto de infração:

- Que o empreendimento autuado sempre pautou pelo respeito das exigências expedidas pelo poder público;
- Que nem de longe o revendedor de combustível pretendeu desrespeitar qualquer norma ambiental e não teve a deliberada intenção de descumprir qualquer obrigação legal. Pelo contrário, o POSTO sempre teve o compromisso de não querer causar dano ao patrimônio público;
- Que o empreendimento autuado, não se pretendeu furtar ao dever de atender as determinações do Poder Público;
- Que nesse sentido, o POSTO comparece perante esse Órgão Ambiental para dizer de que está cumprindo, de forma incontinente e imediata, os procedimentos para regularizar sua situação ambiental, de modo a atender a legislação de regência, qual seja, prevenir potenciais danos ao meio ambiente, promovendo a eventual adequação de suas instalações;

Lebentios V. Santos

NARF

- Que a revenda de combustíveis, ao contrário do que a maioria das pessoas pensa possui achatadas margens de lucro, portanto os estabelecimentos necessitam de ajuda financeira das distribuidoras para cumprir as determinações e executar de forma correta as obras de adequação;
- Que o "POSTO" está negociando junto à distribuidora a substituição dos tanques para posterior concretagem da pista pois os tanques se encontram instalados debaixo da cobertura, portanto impede a concretagem antes da substituição dos tanques ou de uma eventual modificação de layout;
- Que o "POSTO" já possui instalada uma SAO - Caixa Separadora de Água e Óleo na área de lavagem de veículos. A instalação da outra SAO - Caixa Separadora de Água e Óleo seria para atender a pista de abastecimento e a "ducha", que atualmente não está sendo utilizada, portanto o empreendimento aguarda uma posição formal de sua distribuidora "Ypiranga" para executar as obras;
- Que o "POSTO" está cumprindo todas as exigências para a adequação, de seu empreendimento, estão protocolados os testes, de Análise de Vapores Orgânicos - VOC, e sua segunda fase - BTEX e PAH executados pela empresa MONITORAR. Quanto aos testes de estanqueidade já foram executados pela empresa HAZTEC Tecnologia e Planejamento Ambiental credenciada da "Ipiranga" e serão protocolados após conclusão dos relatórios. Portanto conforme descrito o empreendimento quer assegurar que no decorrer de suas atividades não houve qualquer tipo de agressão ao meio ambiente;

A Nota Técnica 02/2002/FEAM lavrada pelo juriconsultor Dr. Joaquim Martins da Silva Filho, orienta que:

"No entanto, é preciso estar atento para a intenção da norma que não é outra senão, organizar a aplicação das penalidades, estabelecendo as diversas instâncias dentro do sistema do COPAM dois critérios fundamentais: o primeiro é levar em conta a situação econômico-financeira do infrator, seguido o modelo do artigo 6 da Lei Federal N 9.605 de 12 de fevereiro de 1998; o segundo é fixar o critério único na aplicação das penalidades, evitando-se, com isso, a falta de isonomia nas decisões das Câmaras especializadas e dos de órgão de apoio"

Na mesma Nota Técnica, o renomado chefe da Assessoria da Assessoria Jurídica da FEAM, **Dr. Joaquim Martins da Silva Filho**, consignou que a necessidade de penalidade de advertência, antes de aplicação de uma multa, somente incide quando presente está a questão do dever de indenizar os danos ocorridos. No caso, não existem danos ambientais, sendo necessário somente aplicar penalidade de caráter educativo, qual seja, penalidade de advertência, ou, alternativamente, a multa por infração leve, em seu valor mínimo.

Joaquim Martins da Silva Filho

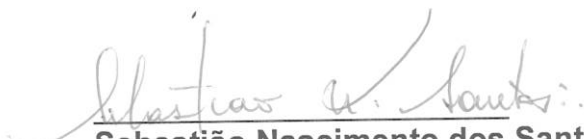


Pelo exposto, alegações apresentadas e por tudo mais encontrado nos autos, ficou comprovada a não culpabilidade pela Infração por parte da empresa POSTO DO TETÉ LTDA. O Autuado sofrerá danos irreparáveis caso for aplicado multa. Dessa forma, requer seja invalidado este Auto de Infração.

Termos em que,

Pede deferimento.

Itapecerica, 09 de janeiro de 2004.


Sebastião Nascimento dos Santos
POSTO DO TETÉ LTDA.